

19 FEV 1988

19 FEV 1988

Economia

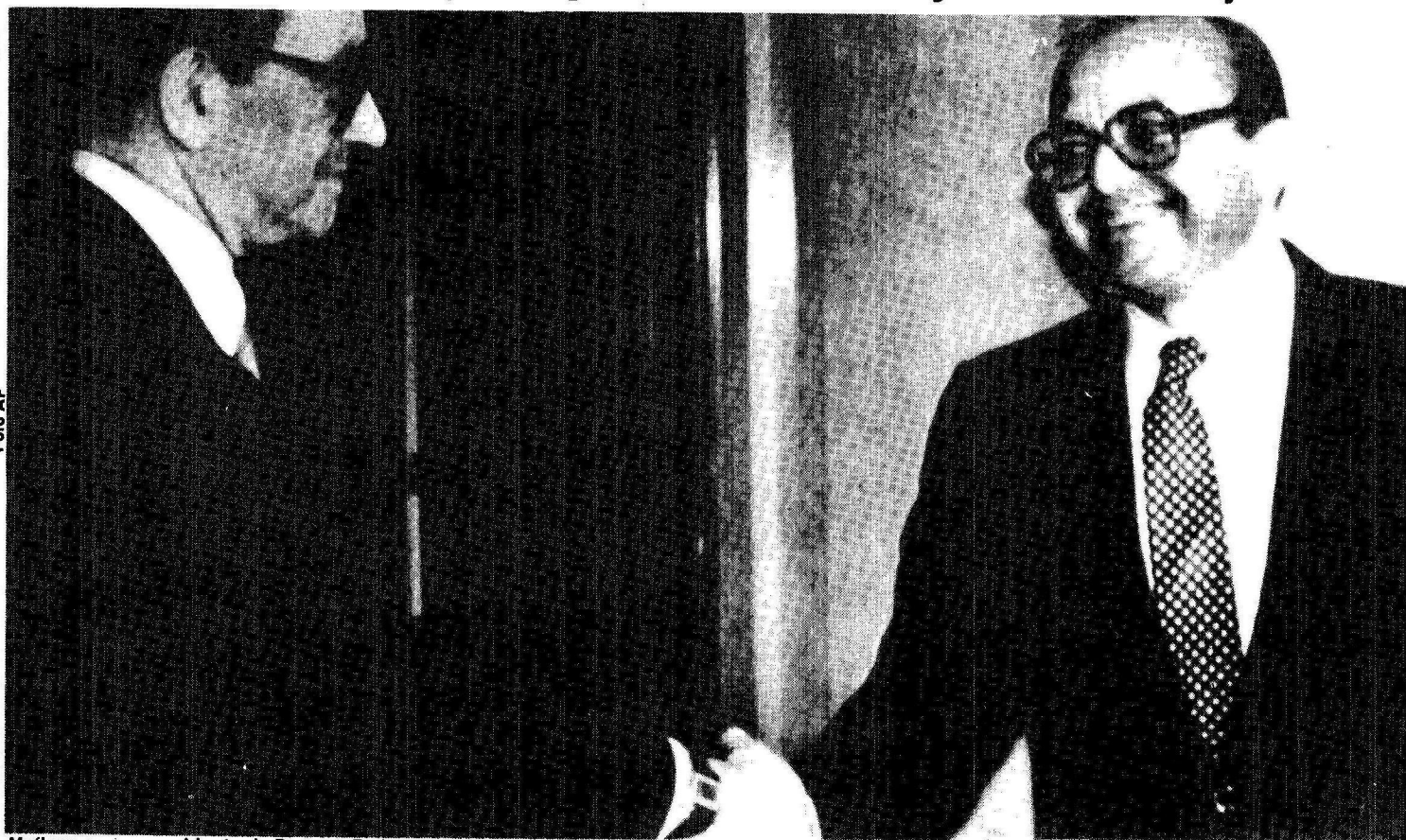
O BRASIL E O MUNDO

O BRASIL PEDE AO FMI

JORNAL DA TARDE

US\$ 750 MILHÕES

Mailson da Nóbrega quer chegar a um acordo *stand-by* com o Fundo até junho



Mailson com o presidente da Reserva Federal, Allan Greenspan: em busca de apoio.

O Brasil estabeleceu uma agenda de trabalho com o FMI para concluir em junho um acordo *stand-by* de US\$ 750 milhões, e pode pagar aos bancos comerciais os US\$ 580 milhões de juros que deve de janeiro, a qualquer momento, se obtiver um acordo sobre o montante do pacote de médio prazo que está em negociações finais.

O ministro Mailson da Nóbrega, que deu estas informações à imprensa brasileira, ontem em Washington, antes de partir para Nova York — onde se encontra hoje com sete ou oito dos principais credores do Brasil —, disse que não se lembrava de ter falado em “medidas impopulares” ao referir-se à redução do déficit público, e que deve “ter sido traído pelo subconsciente”.

“Na medida em que há um compromisso, uma firme determinação de cortar o déficit público, isso pode desagradar umas áreas. Em nenhuma parte do mundo se controla déficit com todo mundo achando graça”, ele esclareceu, prevendo que, “na medida em que se decide que nenhum projeto novo receberá recursos do Tesouro, cada órgão vai achar que seu projeto é novo mas necessário”.

Sem “heroísmos”

Mailson da Nóbrega passou um total de três horas — das quais, meia hora a sós — com Michel Camdessus, diretor-geral do FMI. “Um ponto importante da conversa”, como ele próprio lembrou, “é que o FMI não está querendo, a exemplo do que solicitou ao Brasil em 83, final de 82, uma redução drástica do déficit público”. E deu um exemplo: “O Brasil precisa mostrar uma tendência firme para o declínio do déficit”. Quando desafiado a dar algum número, respondeu: “Não quantifico porque seria um chute”. Mas ele lembrou que “a estimativa do Plano Macroeconômico (que agora está sendo revisado, como previa o então ministro Bresser Pereira) era realmente de 2% do déficit em 88. Isto incluía 1,27% no orçamento fiscal, aproximadamente 0,5% nas

estatais e 0,23% nos estados e municípios. Nós não sabemos se isto é viável. Vai depender da revisão final dos orçamentos”.

Michel Camdessus, que está mudando o FMI, deixou claro ao ministro Mailson da Nóbrega que “não estamos querendo nenhum programa heróico de redução de déficit público. Ficou claro também que o programa será elaborado pelo Brasil. Mas não se deve esperar nada espetacular como foi em 83. Isso poderia jogar o Brasil numa depressão. Isso poderia exigir cortes insustentáveis nos investimentos”.

Isto no primeiro ano? — perguntou um repórter.

“Não ficou definido, não”, respondeu o ministro, acrescentando: “Pode ser um programa de 12 a 18 meses. A ideia é discutir um *stand-by*”. Ficou implícito na discussão, e este é o objetivo do Brasil, e não do Fundo, que temos que mostrar uma tendência firme de queda de déficit, de tal forma que o déficit de 88 seja menor que 87, e que em 89 seja menor que o de 88.

Trocar idéias

Mailson da Nóbrega disse que o Brasil tem de pagar US\$ 1,2 bilhão ao FMI, este ano — US\$ 900 milhões de principal e US\$ 300 milhões de juros. Sua estimativa inicial é de que “podemos ter US\$ 750 milhões de *stand-by* no ano-calendário de 88”. O começo do trabalho está marcado para o dia 29 de fevereiro, uma segunda-feira, quando uma missão brasileira virá a Washington para trocar idéias com os técnicos do FMI: “Esperamos que nosso programa de metas macroeconômicas esteja pronto até o final de março, quando uma missão negociadora do Fundo virá ao Brasil. Até abril, avaliamos nosso programa. E, em meados de junho, o plano estaria pronto para aprovação da diretoria do FMI”.

O ministro repetiu que não há vinculação entre um acordo com os bancos comerciais e o FMI. Ele espera que o acordo da dívida saia até o final de março. Quando lembrado de que há expectativas mais oti-

mistas, ele disse: “Nós estamos admitindo que algumas questões podem demorar um pouco mais. Antes do fim de março dá para chegar a acordo sobre pontos básicos, como montante, *spread*, *relending*, prazo e *waiter*. E o resto são detalhes jurídicos”.

Pagar mais juros

O ministro não está contando com um acordo para hoje, quando se encontrar com os principais credores do Brasil, mas não o descarta: “Se vier, será bom”. Ele acha que “minha presença aqui pode ter servido para acelerar as negociações sobre os pontos básicos. Estou com a esperança de que o acordo seja concluído o mais rápido possível. Se for amanhã (hoje), ótimo”. Ele ainda lembrou que, se um acordo sobre o montante for obtido (os bancos propuseram US\$ 5 bilhões, incluindo os US\$ 3 bilhões comprometidos no acordo provisório de dezembro, o Brasil estaria agora baixando de US\$ 7 bilhões para US\$ 6,6 bilhões), poderá ser autorizado um novo pagamento de juros. Agora seriam US\$ 580 milhões que ficaram faltando de janeiro, depois que foram pagos US\$ 350 milhões.

O ministro Mailson da Nóbrega lembrou-se de um momento engraçado de seu encontro com Michel Camdessus, quando tentou traduzir para o inglês a expressão “tapar o sol com a peneira”, e não quis confirmar uma informação obtida pelo JT de uma fonte segura do governo americano: a de que ele trouxe uma carta para os departamentos do Tesouro e de Estado, e para o representante comercial da Casa Branca, sobre a questão de informática entre o Brasil e os Estados Unidos.

O funcionário do governo americano, que confirmou a existência da carta, informou que “não se deve esperar as retaliações por enquanto, pois a estamos examinando. Queremos ver o regulamento sobre a implementação da Lei de Informática, antes de adotar qualquer nova decisão. E isto pode demorar algum tempo”.

Moisés Rabinovici, de Washington